



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

A U T Ó G R A F O N o . 1 . 8 9 2
DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995

APROVA O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No. 011/95 - P.M.C. -
DE 19 DE OUTUBRO DE 1995

" ALTERA DISPOSITIVO DA LEI No. 1697,
DE 20/11/91, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO A SEÇÃO
II, DO CAPÍTULO XII DA LEI MUNICIPAL
No. 920, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1973
(C.T.M.)".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, APROVOU:

ARTIGO 1o. - A seção II do capítulo XII da Lei Municipal
No. 920, de 20/12/73 (Código Tributário Municipal), passa a
vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II **DAS MULTAS**

ARTIGO 72 - As multas serão aplicadas gradualmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na aplicação da multa, e para graduá-la
ter-se-á em vista:

- a) a maior ou menor gravidade da infração;
- b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código e regulamentos municipais.

ARTIGO 73 - É passível de multa de 10,00 (dez) UFIRs
(Unidade Fiscal de Referência), o contribuinte ou responsável
que:

I - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito
à taxa de licença da concessão desta;

II - Deixar de fazer a inscrição, no Cadastro
Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos
à tributação municipal;

III - Apresentar ficha de inscrição cadastral,
livros, documentos ou declarações relativas aos bens e
atividades sujeitas à tributação municipal, com omissões
aos bens e atividades;

IV - Deixar de comunicar, dentro dos prazos pre-
vistos as alterações ou baixas que causem modificação ou
extinção de fatos anteriormente gravados;

V - Deixar de apresentar, dentro dos respectivos



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou bases de cálculo dos tributos municipais;

VI - Deixar de remeter à Prefeitura, sendo obrigado a fazê-lo, documentos exigidos por Lei ou regulamento fiscal; e,

VII - Negar-se a exibir livros documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização.

ARTIGO 74 - É passível de multa de 12,00 (doze) UFIRs, o contribuinte ou responsável que :

I - Inscrever-se na Prefeitura fora do prazo legal ou regulamentar;

II - Negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interesses da fazenda Municipal;

III - Deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a ele referente.

ARTIGO 75 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas em prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

ARTIGO 76 - Ressalvadas as hipóteses do artigo 90 deste Código, serão punidos com:

I - Multa de importância igual no valor do tributo, nunca inferior, porém, a 19,00 (dezenove) UFIRs, aos que cometerem infração capaz de iludir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

II - Multa de importância igual a duas vezes o valor do tributo, nunca inferior a 19,00 (dezenove) UFIRs, aos que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - Multa de 32,00 (trinta e duas) UFIRs Unidade Fiscal de Referência.

a) aos que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b) aos que instruírem pedidos de isenção ou redação do imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade,

PARÁGRAFO 1o. - A penalidade a que se refere o número III será aplicada na hipótese em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.

PARÁGRAFO 2o. - Considera-se consumada a fraude fiscal, no caso do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

PARÁGRAFO 3o. - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas;

a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

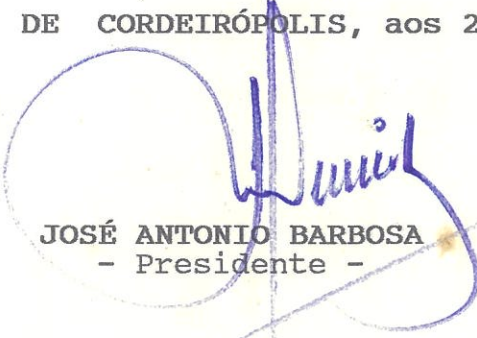
b) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigação tributária;

d) omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

ARTIGO 2o. - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a contar de 1o. de janeiro de 1996, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos 22 de Novembro de 1995.


JOSÉ ANTONIO BARBOSA
- Presidente -

